

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1003659-29.2015.8.26.0566
Classe - Assunto	Execução de Título Extrajudicial - Indenização por Dano Moral
Requerente:	Dilene Cristina Segantim Fanti
Requerido:	Claudinei Aparecido Turci

DILENE CRISTINA SEGANTIM FANTI ajuizou ação contra CLAUDINEI APARECIDO TURCI, pedindo a condenação ao pagamento de indenização por dano moral, haja vista a retenção indevida de verba pecuniária a ela pertencente, quando ele, réu, patrocinou interesses em juízo.

O réu contestou o pedido, arguindo inépcia da petição inicial e afirmando a inexistência de constrangimento moral justificativo da verba indenizatória pleiteada.

Manifestou-se a autora.

Este juízo afastou a preliminar e determinou-se ao réu a prova da miserabilidade para a apreciação da AJG solicitada.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O réu é advogado estabelecido, presumindo-se que exerce a profissão há muitos anos, haja vista seu número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, o que igualmente proporciona a ilação de suficiência de recursos para atendimento das despesas processuais, sem prejuízo do próprio sustento. Aliás, instado a comprovar a necessidade, desde que infirmada a presunção de veracidade da declaração, limitou-se a exibir o comprovante de pagamento da taxa previdenciária inerente ao mandato judicial, o que induz desistência do pedido de gratuidade processual.

A contestação foi apresentada a destempo, no 16º dia do prazo. Nada obstante a revelia, examina-se o mérito da pretensão, inclusive porque a matéria fática está totalmente comprovada e admitida, inexistindo controvérsia a respeito.

Discute-se, apenas, se o fato em si, da retenção indevida de

P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

dinheiro da cliente, pelo réu advogado, justifica a condenação deste em compor perdas e danos morais.

A ação é procedente.

O Código Civil estabelece, no art. 668 a obrigação do mandatário de transferir ao mandante as vantagens provenientes do mandato, por qualquer título que seja.

A prova documental que instrui a inicial comprova que o réu desobedeceu o comando normativo e, em realidade, apropriou-se indevidamente da quantia levantada na ação trabalhista.

A responsabilidade do réu está caracterizada.

O dano moral pressupõe a lesão a bem jurídico não-patrimonial (não conversível em pecúnia) e, especialmente, a um direito da personalidade (GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. Responsabilidade Civil. 1ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 55; DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 19ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 84; GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 8ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2013. p. 359), como a integridade física, a integridade psíquica, a privacidade, a honra objetiva e a honra subjetiva. Isto, em qualquer ordenamento jurídico que atribua centralidade ao homem em sua dimensão ética, ou seja, à dignidade da pessoa humana, como ocorre em nosso caso (art. 1º, III, CF).

Todavia, não basta a lesão a bem jurídico não patrimonial, embora ela seja pressuposta. O dano moral é a dor física ou moral que pode ou não constituir efeito dessa lesão. Concordamos, aqui, com o ilustre doutrinador YUSSEF CAHALI: "*dano moral, portanto, é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial. Seja dor física – dor-sensação, como a denominada Carpenter – nascida de uma lesão material; seja a dor moral – dor-sentimento, de causa imaterial.*" (in Dano moral. 4ª Edição. RT. São Paulo: 2011. pp. 28).

A distinção entre a simples lesão ao direito não patrimonial e o dano moral como efeito accidental e não necessário daquela é importantíssima. Explica, em realidade, porque o aborrecimento ou desconforto - ainda que tenha havido alguma lesão a direito da personalidade - não caracteriza dano moral caso não se identifique, segundo parâmetros de razoabilidade e considerado o homem médio, dor física ou dor moral.

O critério é seguido pela jurisprudência, segundo a qual somente configura dano moral "aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige"

P O D E R J U D I C I Á R I O**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjst.jus.br

(STJ, REsp 215.666/RJ, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, j. 21/06/2001).

Outra questão diz respeito ao valor da indenização, caso identificado o dano moral. A dificuldade está em se mensurar a indenização, pois a régua que mede o dano não é a mesma que mede a indenização. Se o dano é material, o patrimônio e sua variação constituem parâmetros objetivos para a indenização¹. Há equivalência lógica entre o dano e a indenização, porque ambos são conversíveis em pecúnia. Isso não se dá, porém, em relação ao dano moral. Por sua natureza, inexistem parâmetros para se medir, em pecúnia, a extensão do dano não patrimonial.

Isso significa que um pagamento em dinheiro jamais reparará o dano moral, vez que a dignidade aviltada pela lesão não é restituída, com qualquer pagamento, à situação existente antes do dano.

Tal circunstância bem explica a impossibilidade de se arbitrar, de modo objetivo, o valor da indenização, com base na extensão do dano. Com efeito, é teoricamente possível, embora não sem esforço, graduar as lesões a direitos da personalidade, ao menos a título comparativo, podendo-se definir, de caso concreto em caso concreto, segundo critérios de razoabilidade, níveis de intensidade da lesão. Mas da graduação do dano não se passa, objetivamente, à gradação da indenização, que se dá em pecúnia. O problema não é resolvido. Por esse motivo, tem-se a inaplicabilidade, ao menos total, da regra do art. 944 do CC, segundo a qual “a indenização mede-se [apenas] pela extensão do dano”.

A indenização deve levar em conta o papel que desempenha. Em realidade, a indenização exerce função diversa, no dano moral, daquela desempenhada no dano material. A função é compensatória, ao invés de reparatória. A indenização corresponde a um bem, feito ao lesado, no intuito de compensá-lo pela lesão imaterial sofrida, como um lenitivo, uma satisfação que servirá como consolo pela ofensa cometida. Às vezes, esse propósito compensatório pode ser promovido por intermédio de punição: a indenização – dependendo de seu valor – é vista como retribuição ao ofensor o mal por ele causado, o que pode trazer para a vítima alguma paz de espírito.

Com os olhos voltados à função compensatória, a doutrina e a jurisprudência traçaram as principais circunstâncias a serem consideradas para o arbitramento do dano moral, sendo elas (a) a extensão do dano, isto é, da dor física ou psíquica experimentada pela vítima (b) o grau de culpabilidade do agente causador do dano (c) a eventual culpa concorrente da vítima, como fator

¹ No caso do dano emergente, paga-se o montante estimado para o restabelecimento do patrimônio anterior, que foi diminuído. No caso dos lucros cessantes, paga-se valor estimado com base na expectativa razoável de acréscimo patrimonial, que foi obstado.

P O D E R J U D I C I Á R I O**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

que reduz o montante indenizatório (d) as condições pessoais da vítima (posição política, social e econômica).

Há quem ainda proponha a condição econômica do ofensor, referida na fundamentação de muitos precedentes. Todavia, tal elemento deve ser bem compreendido, à luz das soluções que os precedentes tem apresentado nos inúmeros casos postos à apreciação judicial. Com efeito, a jurisprudência preocupa-se muito com a questão do enriquecimento indevido, o que serve de argumento contrário à fixação de valores indenizatórios altíssimos com base na robusta condição do ofensor. Temos observado que, na realidade, a condição econômica é considerada, mas especial e essencialmente nos casos de ofensores de modestas posses ou rendas, para reduzir equitativamente a indenização, evitando a ruína financeira.

Quanto ao caso em tela, os danos morais decorrem de regras da experiência (art. 335, CPC), ante a angústia sofrida pelo cliente que, vencedor na ação judicial, é traído pelo seu próprio mandatário, com a aflição de não saber se os valores levantados por este serão algum dia ressarcidos e recuperados.

A apropriação indébita de valores recebidos pelo advogado, segundo nossos Tribunais, caracteriza dano moral *in re ipsa*. Veja-se:

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS Levantamento de quantia pertencente ao representado sem o devido repasse Apropriação indébita Ressarcimento devido Danos morais evidenciados Valor indenizatório fixado com base em critério da razoabilidade Correção monetária e juros de mora devidos desde o levantamento, sob pena de enriquecimento ilícito Sentença mantida Recurso improvido (TJSP, APELAÇÃO Nº 1006966-33.2013.8.26.0704, Rel. Des. DENISE ANDRÉA MARTINS RETAMERO, j. 08.05.2015).

AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. Falta de repasse de valores pelo mandatário ao mandante. Correção monetária e juros moratórios. Aplicação desde o levantamento da quantia pelo mandatário. Artigo 670 do Código Civil. Dano moral. Configuração. Sentença de parcial procedência reformada. Apelação provida para condenar o apelado ao pagamento da

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

quantia com correção monetária e juros moratórios a partir do levantamento do referido valor, bem como para condenar o apelado ao pagamento de indenização por dano moral (TJSP, Apelação nº 1001514-64.2014.8.26.0071, Rel. Des. JAIRO OLIVEIRA JÚNIOR, J. 27/02/2015).

Quanto ao dano moral, a indevida apropriação pelo mandatário desperta no mandante sensação negativa de verdadeira traição, que havia depositado nele a sua confiança. Acresça-se ao fato o prolongamento da pendência durante vários anos, e se tem como resultado um sofrimento anormal, um transtorno emocional que foge à normalidade do dia-a-dia, que não necessita ser demonstrado.

Prestação de serviços advocatícios. Mandato. Ação de cobrança com indenização por danos morais. Inocorrência do cerceamento de defesa. Apropriação e retenção indevidas. O advogado que levanta determinada quantia judicial não pode retê-la sob fundamento de que o mandante lhe deve honorários. Dano moral configurado. Valor arbitrado que deve respeitar o caráter de reprimenda, sem ensejar o enriquecimento ilícito. Redução para atender aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Honorários advocatícios que devem ser reduzidos para 10% do valor da condenação. Desnecessidade de prequestionamento. Recurso provido em parte, para reduzir o quantum arbitrado a título de dano moral e honorários advocatícios (TJSP, APELAÇÃO nº 1006260-18.2013.8.26.0068, Rel. Des. BONILHA FILHO, j. 10/09/2014).

“Ação de Cobrança c.c. Indenização por Danos Morais. Mandato. Prestação de Serviços de Advocacia. Levantamento e retenção indevida de valor pelo Patrono. Dever de indenizar caracterizado. Inteligência dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Dano moral configurado. Transtornos sofridos que ultrapassam o mero dissabor, gerando aflição, abalo emocional e

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

preocupação. Quantum indenizatório que não comporta redução, porquanto atende os critérios da razoabilidade e proporcionalidade. Honorários advocatícios fixados que remuneram condignamente o trabalho realizado. Decisão bem fundamentada. Ratificação nos termos do artigo 252, do Regimento Interno desta Corte. Sentença mantida. RECURSO NÃO PROVIDO.” (TJ/SP, Apelação nº 0005229-21.2009.8.26.0132, 30ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Penna Machado, j. em 07/08/2014).

Conforme ponderado pelo Des. JAIRO OLIVEIRA JÚNIOR, no julgamento do Recurso de Apelação nº 1001514-64.2014.8.26.0071: *Quanto ao dano moral, a indevida apropriação pelo mandatário desperta no mandante sensação negativa de verdadeira traição, que havia depositado nele a sua confiança. Acresça-se ao fato o prolongamento da pendência durante vários anos, e se tem como resultado um sofrimento anormal, um transtorno emocional que foge à normalidade do dia-a-dia, que não necessita ser demonstrado.*

O valor de R\$ 5.000,00 indeniza a contento o dano lamentado e não produz enriquecimento indevido.

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno CLAUDINEI APARECIDO TURCI a pagar para DILENE CRISTINA SEGANTIM FANTI, a título indenizatório por dano moral, a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com correção monetária a partir da presente data, e juros moratórios à taxa legal, contados desde a época da citação inicial, respondendo também pelas custas processuais e pelos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação, sem o benefício da Justiça Gratuita.

P.R.I.

São Carlos, 27 de julho de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA